

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as Demonstrações Contábeis da CAIXA Loterias S/A (CNPJ: 24.038.490/0001-83), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), pelo prazo de 24 meses, com emissão de pareceres e/ou relatórios observando o perfil, a complexidade, as normas legais específicas aplicáveis e a diversidade do portfólio e atividades da CAIXA Loterias S/A.
- 1.2. A contratação obedecerá às descrições e especificações dos serviços, assim como os prazos descritos na Tabela do item 3.2 deste Termo de Referência - TR.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVAS QUANTO À NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 2.1. A CAIXA Loterias S.A. (“CAIXA Loterias”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Sua constituição foi deliberada e aprovada em 1º de outubro de 2015 pelo Conselho de Administração da CAIXA por meio da Resolução de Ata nº 253/2015, constituída como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal em 21 de dezembro de 2015 e registrada na Receita Federal em 19 de janeiro de 2016.
- 2.2. A CAIXA Loterias tem por objeto social administrar, com exclusividade, os serviços das loterias federais nos termos da legislação vigente.
- 2.3. Em abril de 2024 foi aprovada pela Governança da CAIXA e CAIXA Loterias a migração do negócio de loterias para a subsidiária, com previsão para o início da operação em maio/2024.
- 2.4. Em outubro de 2024 foi aprovado o novo acordo operacional firmado entre CAIXA e CAIXA Loterias, sendo tombada para a CAIXA Loterias a operação Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex, a partir de 19 de dezembro de 2024, e estar previsto o tombamento de toda operação das loterias para o segundo trimestre de 2025.
- 2.5. Dessa forma, estima-se que, a partir do tombamento, o volume financeiro transacionado anualmente seja da ordem de mais de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) e haja uma volumetria média de 2.000 registros por dia, incluídas as Receitas, Despesas, Convênios e Encargos.
- 2.6. A auditoria independente das Demonstrações Contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação com que aquelas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a legislação específica no que for pertinente.

- 2.7. Ademais, a contratação é obrigatória em atendimento às Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, visando uma melhor prática da gestão, assim como aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e eficácia.
- 2.8. Além da obrigatoriedade legal, justifica-se a contratação tendo em vista que esses exames permitem a ampliação da transparência da gestão orçamentária, financeira e contábil, bem como a redução dos riscos de integridade da prestação de contas da CAIXA Loterias, e propiciam subsídios aos Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 3.1. Os serviços devem ser executados abrangendo todas as atividades que se fizerem necessárias para a realização do objeto da contratação, com níveis de profundidade e qualidade condizentes com as melhores práticas utilizadas pelo mercado, em observância às disposições legais e às normas dos órgãos reguladores, especialmente Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- 3.2. Os serviços, prazos de execução e períodos do objeto a ser contratado estão descritos na Tabela a seguir, assim como seus detalhamentos nos subitens seguintes:

Serviço	Data Base	Prazo de Execução
Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias, com periodicidade trimestral, contendo o conjunto de relatórios (Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas), preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitido por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.	31/MAR/2026 30/JUN/2026 30/SET/2026 31/MAR/2027 30/JUN/2027 30/SET/2027	7 dias úteis contados da data da entrega da documentação.
Parecer sobre o exame das Demonstrações Contábeis anuais contendo o conjunto de relatórios (Demonstrações Contábeis, respectivas Notas Explicativas e Relatório de Administração), preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitido por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.	31/DEZ/2026 31/DEZ/2027	15 dias úteis contados da data da entrega da documentação.
Relatório circunstanciado, conforme Resolução CVM nº23/2021 que contenha as observações dos auditores em relação aos controles internos e aos procedimentos contábeis da entidade auditada, descrevendo, ainda, as eventuais deficiências ou ineficácias identificadas no transcorrer dos trabalhos.	31/MAR/2026 30/JUN/2026 30/SET/2026 31/DEZ/2026 31/MAR/2027 30/JUN/2027 30/SET/2027 31/DEZ/2027	20 dias úteis contados da data da entrega da documentação.

Avaliação do programa de jogo Responsável da CAIXA Loterias, à luz do guia Responsible Gaming Framework da WLA – Associação Mundial de Loterias.	Anual	5 dias úteis contados da data da entrega da documentação.
Relatório sobre o exame e revisão mensal da apuração dos impostos e contribuições (IRPJ, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, ISSQN) e das respectivas obrigações acessórias e dos pedidos de restituição ou compensação relacionados.	Trimestral	Até o 1º dia útil do 2º mês subsequente após o encerramento do trimestre.
Relatório periódico do exame e revisão das obrigações acessórias estabelecidas no âmbito do SPED.	Trimestral	Até o 1º dia útil do 2º mês subsequente após o encerramento do trimestre.
Relatório periódico do exame e revisão das obrigações acessórias estabelecidas no âmbito do SPED ECD.	Anual	10 dias úteis contados da data da disponibilização dos dados.
Recolhimento centralizado referente aos tributos de terceiros (CAIXA Loterias como responsável tributária), contemplando as rotinas de compensação e obrigações acessórias correlatas.	Anual	Até o 1º dia útil do 2º mês subsequente após o encerramento do trimestre.

4. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Parecer e Relatório de Revisão sobre o exame das Demonstrações Contábeis da CAIXA Loterias S.A., conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.
 - 4.1.1. A CONTRATADA deverá entregar à CAIXA Loterias S/A, como resultado do seu trabalho de auditoria, após exame de suas demonstrações contábeis intermediárias, os respectivos Relatórios de Revisão e Parecer conclusivo de auditoria expressando a opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e outros legalmente habilitados.
 - 4.1.2. Os serviços relativos às demonstrações e informações contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil deverão ser executados conforme as normas de auditoria de reconhecimento geral e com as aplicáveis à auditoria contábil das demonstrações contábeis de sociedades anônimas, observando-se as normas editadas, mesmo durante o período de vigência do contrato, por qualquer entidade legalmente habilitada para tal.

4.2. Emissão de Relatório Circunstanciado com recomendações de melhorias do controle interno.

4.2.1. O relatório circunstanciado com recomendações de melhorias do controle interno, no âmbito operacional da CAIXA Loterias S.A., será emitido com a evidenciação das deficiências identificadas e as recomendações de aprimoramento.

4.3. A CONTRATADA apresentará perante os órgãos de Governança da CAIXA Loterias S.A. o resultado dos trabalhos realizados.

5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, a CONTRATADA deverá atender aos requisitos relativos a:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal;
- c) Qualificação técnica;
- d) Qualificação Econômico-Financeira;
- e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei;
- c) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de Regularidade Trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

5.4. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 5.4.1 Registro ou prova de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dentro do seu prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos. Trata-se de requisito legal que consta na Lei 6.404/76, art. 177, inciso I e da Resolução CVM Nº 23/2021 e NBC PA 01;
- 5.4.2 Para os integrantes da equipe técnica de auditores, como forma de comprovação da exigência constante da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.495, de 20/11/2015: certidão de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), na modalidade I – Qualificação Técnica para atuação no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- 5.4.3 Atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 5.4.3.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) que a licitante comprove que prestou serviços para empresas que transacionaram volume financeiro anual superior a R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais). Tal critério de compatibilidade foi estabelecido com base na projeção de faturamento anual da Companhia para o período 2026-2027.
- 5.5 A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 5.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 5.5.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei;
- 5.5.2.1 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 31.750,00 (trinta e um mil setecentos e cinquenta reais).

6. TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Não se aplica.

7. SUPORTE TÉCNICO

Não se aplica.

8. GARANTIAS DOS BENS OU SERVIÇOS

Não se aplica.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO

- 9.1. São obrigações da CONTRATADA, as listadas nos itens seguintes, além das demais previstas em contrato.
 - 9.2. Executar perfeitamente os serviços contratados, dentro dos prazos ajustados, cumprindo os cronogramas estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância.
 - 9.3. A CONTRATADA deverá manter durante o prazo contratual 01 (um) supervisor/gerente para atuar como responsável técnico pela execução dos trabalhos.
 - 9.3.1. É função do supervisor/gerente coordenar e orientar a equipe alocada, incluindo a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis brasileiras e o International Financial Reporting Standards – IFRS. Isso inclui:
 - Elaborar requisições;
 - Participar de reuniões com os gestores responsáveis;
 - Resolver questões relacionadas à execução dos serviços, corrigindo situações adversas e atendendo prontamente às convocações, solicitações e reclamações da CAIXA Loterias.
- Além disso, é responsabilidade do supervisor/gerente exercer, no mínimo, as seguintes funções:
- a) Gerenciar todas as fases dos trabalhos e coordenar as atividades relacionadas;
 - b) Coordenar os demais técnicos contratados;
 - c) Garantir o cumprimento dos prazos contratuais;
 - d) Atuar como interlocutor entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
 - e) Solucionar questões operacionais e assegurar o atendimento imediato às demandas da CAIXA Loterias.
- 9.4. Responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda.
 - 9.5. Atender prontamente a todas as convocações da CAIXA Loterias para prestar informações sobre os relatórios/pareceres emitidos e demais assuntos correlatos ao objeto do contrato.
 - 9.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA Loterias, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato, legislação e regulamento.

- 9.7. Disponibilizar acesso à Controladoria Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Banco Central do Brasil (BACEN), a qualquer tempo, aos papéis de trabalho e a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios, pareceres e Cartas-Conforto, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições de cada requerente, observados os limites previstos em legislação vigente.
- 9.8. Apresentar, quando solicitada a participação, o resultado dos trabalhos realizados perante os órgãos de Governança da CAIXA Loterias (Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, e Assembleia Geral).
- 9.9. Certificar, nos casos em que não há conflitos com determinações dos órgãos de controle e fiscalização, as ações implementadas na CAIXA Loterias com vistas à regularização dos apontamentos consignados nos relatórios de auditoria independente, inclusive os apontamentos remanescentes de auditorias anteriores a esta contratação, relatando as certificações realizadas.
- 9.10. A CONTRATADA resguardando os aspectos de sigilo, quando previamente autorizada por escrito, pela CAIXA Loterias, deverá fornecer as informações que forem julgadas necessárias ao trabalho dos auditores independentes que a suceder, as quais serviram de base para emissão dos relatórios, das demonstrações financeiras e contábeis e pareceres de auditoria dos exercícios anteriores.
- 9.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela CAIXA Loterias, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- 9.12. A prestação dos serviços deverá ser feita pela CONTRATADA observando-se total sigilo, em conformidade ao Acordo de Confidencialidade que deverá ser assinado pelas partes.
- 9.13. Ocorrendo atraso na entrega de informações, por parte da CAIXA Loterias, deverá ser concedida a prorrogação das datas de conclusão das atividades subsequentes e impactantes, sendo este prazo acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 9.14. A CAIXA Loterias será a proprietária de todos e quaisquer produtos ou documentações que vierem a ser gerados pela CONTRATADA, em função da execução dos serviços contratados. A CONTRATADA não poderá utilizar-se do trabalho realizado com outros clientes.
- 9.15. Em todas as etapas e fases do trabalho, a CONTRATADA deverá entregar formalmente à CAIXA Loterias as documentações físicas e lógicas (por exemplo: relatórios, pen-drives, planilhas de cálculos, material de apresentação), caso necessárias.
- 9.16. O material deverá ser entregue acompanhado das informações referentes aos cálculos, metodologias e outros procedimentos técnicos adotados na execução dos serviços.
- 9.17. Todas as intervenções, reuniões e visitas que a CONTRATADA solicitar à CAIXA Loterias deverão ser previamente agendadas e todos os custos referentes à logística, deslocamento e hospedagem correrão por conta da CONTRATADA.

- 9.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza
- 9.19. No caso de situações relacionadas à recuperação de informações decorrentes de desastres, greves de funcionários, ou qualquer motivo que impossibilite a execução dos trabalhos no local de prestação habitual dos serviços, a CONTRATADA deverá alocar os seus prestadores em caráter provisório, em outro local.

10. DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

- 10.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogável nos limites definidos na legislação, por interesse das partes e mediante assinatura de termo aditivo.
- 10.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços a partir da assinatura do contrato, respeitando o cronograma de entrega, conforme Tabela do item 3.2 deste TR.

11. DO ACEITE DOS SERVIÇOS

- 11.1. Todos os relatórios (minuta ou versão final) e pareceres emitidos pela CONTRATADA para atender ao objeto deste TR deverão ser encaminhados à CAIXA Loterias S.A., no TR SIA TRECHO 2, 690, ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASILIA/DF, CEP 71.200-020, observados os prazos definidos neste Termo de Referência, os quais deverão ser entregues em meio físico e eletrônico, no endereço gectr@caixa.gov.br.
- 11.2. Os pareceres e relatórios (em meio físico) dos serviços detalhados na Tabela do item 3.2 deverão ser emitidos em 3 (três) vias.
- 11.3. Os atrasos injustificados na entrega dos relatórios nos prazos estabelecidos serão considerados como inexecução parcial dos serviços, ficando a CONTRATADA sujeita às penas previstas em contrato.
- 11.4. Todas as etapas serão consideradas concluídas depois da aprovação e homologação por parte da CAIXA Loterias, considerando a análise dos relatórios/pareceres apresentados.
- 11.5. Poderá haver prorrogação, a critério da CAIXA Loterias, de até 50% (cinquenta por cento) do prazo inicialmente previsto para o aceite.
- 11.6. A cobrança de multa será efetivada mediante desconto no pagamento das notas fiscais/faturas, ou diretamente da CONTRATADA.
- 11.7. A CAIXA Loterias poderá emitir um termo de não aceitação dos serviços, a seu critério, estipulando o prazo para entrega com os devidos ajustes, se for o caso.
- 11.8. A contagem de prazo será suspensa durante o período em que a CAIXA Loterias estiver analisando os trabalhos reapresentados, em caso de não aceite.
- 11.9. A partir de 15 (quinze) dias corridos de atraso injustificado na entrega dos relatórios/pareceres, conforme prazos estabelecidos neste TR, estará caracterizada a

inexecução parcial dos serviços, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções previstas em contrato.

- 11.10. O acompanhamento e o gerenciamento dos serviços deverão ter como base a aplicação de conhecimentos, qualificações, ferramentas e técnicas visando ao atendimento das necessidades e expectativas da CAIXA Loterias quanto aos serviços prestados.
- 11.11. A CONTRATADA realizará todas as atividades necessárias para atingir o objetivo estabelecido, mantendo a qualidade e o prazo acordado com a CAIXA Loterias para realização dos trabalhos, com observância de todas as normas e procedimentos estabelecidos pelas autoridades públicas e regulatórias.

12. OBRIGAÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

- 12.1. Aplica-se a esta contratação os dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e RLCC da CAIXA.
- 12.2. A CONTRATADA deverá ainda cumprir todas as normas e legislações citadas neste TR, assim como às demais aplicáveis ao objeto deste documento.

13. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados, quando couber:
- a) medidas para evitar a impressão desnecessária de documentos;
 - b) medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - c) prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/1999;
 - d) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.

14. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1. O serviço será prestado de forma online, com disponibilização das informações para o trabalho de auditoria feita de forma eletrônica e remota, email, diretório compartilhado, contatos por telefone. Havendo necessidade de reunião ou visita presencial, os custos de deslocamento serão suportados pela empresa, sem qualquer reembolso de despesas dessa natureza.
- 14.2. A CONTRATADA deverá designar profissional para ser seu interlocutor junto à CAIXA Loterias.

15. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 15.1. Considera-se grau máximo de criticidade inerente à segurança da informação, das atividades a serem desempenhadas pelos fornecedores, devido ao tipo de objetos contratuais.
- 15.2. A CONTRATADA deve atender ao disposto no Anexo I-A - CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, Itens 1, 2, 3 e 4.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 16.1.1. A CAIXA Loterias, após a verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, e conforme as entregas realizadas.

ANEXO I-A - CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**1. CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA**

1.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

1.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

1.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

1.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

1.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

1.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

1.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

1.8 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

1.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

1.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade

2 CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

2.1 A CONTRATADA, se prestadora de serviços, deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação.

2.2 A CONTRATADA, se prestadora de serviços, deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação.

2.3 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo, conforme grau de criticidade inerente à segurança de informação disposto no contrato:

Grau de Criticidade em SI Alto ou Máximo	
Domínio Temático	Conteúdo (com Carga Horária Anual mínima de 8 horas)
Política de Segurança da Informação	Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA
Tratamento da Informação	<ul style="list-style-type: none">- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;- Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;- Descarte seguro de informação.
Reporte de Incidentes	<ul style="list-style-type: none">- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	<ul style="list-style-type: none">- Metodologia e princípios
Fundamentos para Segurança Digital	<ul style="list-style-type: none">- Conceitos básicos de segurança digital;- Uso da Internet
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	<ul style="list-style-type: none">- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais;- Conhecendo, configurando e usando o dispositivo;- Mantendo o dispositivo;- Vulnerabilidades e ameaças
Segurança em Redes	<ul style="list-style-type: none">- Segurança na Internet;- Segurança em redes <i>wi-fi</i> públicas;- Proteção de redes pessoais;- Computação em nuvem

Segurança do Usuário	<ul style="list-style-type: none">- Autenticação no acesso a sistema e a serviços;- Proteção de contas pessoais;- Mídias sociais;- Segurança com e-mails;- Armazenamento e compartilhamento de dados;- Qualidade de vida digital;- Segurança de dados do usuário em viagens
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	<ul style="list-style-type: none">- Netiqueta;- Construindo seu perfil na Internet;- Segurança em mídias sociais;- Administrando seu rastro digital;- Uso saudável de mídias sociais;- Fake News;- Jogos online
Comunidades Digitais	<ul style="list-style-type: none">- Educação na Internet;- Construindo comunidades digitais cidadãs;- Empreendedorismo na Internet
Criptografia	<ul style="list-style-type: none">- Criptografia;- Certificação Digital;- Assinatura Digital
Direito Digital	<ul style="list-style-type: none">- Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação;- Direitos autorais;- Fraudes;- Assédio virtual;- Crimes cibernéticos;- Crimes na Internet;- *Hacktivismo
Prevenção à fraude	<ul style="list-style-type: none">- Engenharia social (formas defensivas contra **Phishing e ***Smishing)

*Hacktivismo é normalmente entendido como escrever código fonte, ou até mesmo manipular bits, para promover ideologia política - promovendo expressão política, liberdade de expressão, direitos humanos, ou informação ética.

**Phishing é uma técnica de crime cibernético que usa fraude, truque ou engano para manipular as pessoas e obter informações confidenciais, geralmente disparado por e-mail, usando links ou anexos maliciosos disfarçados em uma mensagem aparentemente legítima.

***Smishing é um tipo de Phishing realizado por SMS e mensagens de texto enviadas para o celular. Geralmente, essas mensagens pedem para que você clique em um link e preencha um formulário ou responda à mensagem. Podem falar, por exemplo, sobre uma necessidade de atualização de cadastro ou a oportunidade de resgatar um prêmio imperdível.

2.3.1 O treinamento referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

2.4 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 2.3.

2.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

2.6 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

2.7 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

2.8 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

2.9 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

2.10 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 2.3 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 3.1, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

2.11 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:

- a) Multa de até 10% sobre o valor inicial atualizado do contrato, considerando a gravidade da ocorrência;

2.12 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a apresentar plano de contingência para manutenção dos serviços, sem prejuízo de sanções previstas no instrumento contratual.

2.13 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de

todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

2.14 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

3 CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

3.1 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.2 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.3 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

3.4 O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

3.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.4 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.

3.6 A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.

3.7 O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.

3.8 A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

3.9 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.

3.10 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.

3.11 A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.

3.12 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 2.10 e dos demais a seguir:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 2.3 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.6, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- c) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.11, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

3.13 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

3.14 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

3.15 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

4 CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

4.1 A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

4.2 A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.